

FERNANDA TARTUCE

PROCESSO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA

Teoria e Prática

8^a
edição

revista,
atualizada
e reformulada



- A autora deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 10.01.2024
- A Autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 2ª edição, a obra *Processo Civil Aplicado ao Direito de Família* passou a se chamar *Processo Civil no Direito de Família – Teoria e Prática*.
- Capa: Aurélio Corrêa

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T198p
8. ed.

Tartuce, Fernanda
Processo civil no direito de família / Fernanda Tartuce. - 8. ed. - Rio de Janeiro :
Método, 2024.
540 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-991-4

1. Direito de família. 2. Processo civil - Brasil. I. Título.

24-87617

CDU: 347.6(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas usadas	XXIII
------------------------------------	-------

PARTE I

PROCESSO CIVIL E CAUSAS FAMILIARES

1. Processo, família e Estado	1
1.1. Advocacia e causas familiares.....	1
1.2. Processo civil: objeto e aplicação a diferentes perfis de conflitos	3
1.2.1. Objeto das normas processuais.....	3
1.2.2. Caráter transubstancial do processo	5
1.2.3. Tipicidade e flexibilidade no processo civil.....	8
1.3. O perfil dos conflitos familiares	11
1.3.1. Configuração peculiar	11
1.3.2. Controvérsia real x controvérsia apresentada a terceiros	13
1.3.3. Potencial ocorrência de violências doméstica e familiar	15
1.4. Direito de Família e intervenção estatal.....	18
1.4.1. Ordem pública.....	19
1.4.2. Disponibilidade e indisponibilidade	22
1.4.3. Regramento do Código Civil sobre a interferência estatal.....	25
2. Via consensual como opção à resposta contenciosa	28
2.1. Possíveis vantagens da via consensual.....	31
2.2. Possíveis desvantagens da via consensual.....	34
3. Jurisdição nos conflitos familiares: peculiaridades	35
3.1. Ações de estado e ações de família	35
3.2. “Procedimento especial” no Código de Processo Civil.....	36
3.3. Outras disposições sobre família no CPC	39

3.4.	Visão panorâmica: olhar diferenciado no processamento de demandas familiares em prol da efetividade?	40
3.4.1.	Competência.....	41
3.4.1.1.	Especialização de juízos e normatização pelos tribunais	42
3.4.1.2.	Distribuição de novos processos	43
3.4.1.3.	Escolha de foro	46
3.4.2.	Capacidade processual dos litigantes	49
3.4.3.	Legitimidade para agir	53
3.4.4.	Causa de pedir e limitações quanto a dados relevantes	58
3.4.5.	Pedido.....	60
3.4.6.	Citação.....	63
3.4.6.1.	Análise do art. 695, § 1.º, do CPC	64
3.4.6.2.	Citação pessoal	65
3.4.6.3.	Comunicação processual por meio eletrônico (WhatsApp e e-mail)	67
3.4.7.	Resposta do demandado	74
3.4.7.1.	Tempo razoável para a audiência	74
3.4.7.2.	Alegações de suspeição e impedimento	79
3.4.7.3.	Contestação	81
3.4.8.	Mediação e conciliação	87
3.4.8.1.	Direitos em disputa	87
3.4.8.2.	Limites à luz das “fases da perda”	89
3.4.8.3.	Mediação extrajudicial.....	91
3.4.8.4.	Estímulo por magistrados.....	95
3.4.8.5.	Possível dispensa da sessão consensual	98
3.4.8.6.	Apuração sobre violência em casos de guarda	104
3.4.9.	Audiências de instrução.....	108
3.4.10.	Prova: dificuldades e possibilidades peculiares	110
3.4.10.1.	Ônus de provar e distribuição dinâmica do encargo.....	111
3.4.10.2.	Provas ilícitas em demandas familiares.....	115
3.4.10.3.	Questões polêmicas.....	118
3.4.10.4.	Ata notarial.....	125
3.4.10.5.	Prova por meio de estudos e exames	127
3.4.10.5.1.	Abordagem da psicologia.....	128
3.4.10.5.2.	A relação entre juízes, peritos e assistentes técnicos	130
3.4.10.5.3.	Estudo psicossocial	132
3.4.10.6.	Prova oral	136
3.5.	Participação do Ministério Público	138
3.6.	Segredo de justiça.....	144

4. O tempo e a demanda familiar	146
4.1. Tutelas provisórias de urgência	149
4.1.1. Espectro de possibilidades no sistema processual	149
4.1.2. Diferença e fungibilidade	151
4.1.3. Falta de propositura da demanda principal: extinção ou conservação da cautelar?	153
4.1.4. Sequestro, arrolamento e bloqueio de bens	155
4.1.5. <i>Periculum in mora</i> inverso/reverso	158
5. Recursos: ponderações especiais	160
5.1. A pertinência do agravo de instrumento em demandas familiares	161
5.2. Apelação	165
5.2.1. Cabimento	165
5.2.2. Efeitos da apelação	167
5.2.3. Novas alegações	169
5.3. Recurso especial	172
5.4. Recurso extraordinário	175
5.4.1. Visão geral	175
5.4.2. Casos apreciados pelo STF	178
5.5. Julgamento de recursos em bloco	184
6. Execução e cumprimento de sentença	185
6.1. Acordo e título executivo	186
6.2. Aplicação de medidas diferenciadas para a efetivação de ordens judiciais	190
7. Precedentes e litígios familiares	193
7.1. Relevância do tema	193
7.2. Formação do precedente: importância das circunstâncias fáticas e necessidade de boa fundamentação	195
7.3. As circunstâncias fáticas e os precedentes em litígios familiares	197
7.4. Distinção e modificação em conflitos familiares	202

PARTE II

DEMANDAS FAMILIARES EM ESPÉCIE

1. Demandas familiares específicas: considerações iniciais	203
2. Alimentos	204
2.1. Ampla normatização	204
2.2. Situação de urgência e medida liminar	209
2.3. Alimentos gravídicos: destaques	213
2.3.1. Legitimidade	214
2.3.2. Índícios e carga dinâmica da prova	216
2.4. Competência	219
2.5. Legitimidade	222
2.5.1. Parentes próximos	222

2.5.2.	Legitimidade e obrigação alimentar de avôs/avós	225
2.6.	Atuação do Ministério Público no polo ativo	232
2.7.	Capacidade processual	234
2.8.	Defesa	239
2.9.	Questões probatórias: binômio necessidade/capacidade	244
2.10.	Efeitos da sentença de alimentos.....	247
2.10.1.	Análise da Súmula n. 277 do STJ	247
2.10.2.	Decisões proferidas em demandas revisionais e exoneratórias	251
2.11.	Questões recursais	253
2.12.	Cumprimento de sentença.....	255
2.12.1.	Evolução e destaques sobre o rito	255
2.12.2.	Requerimento, cumulação e flexibilidade procedimental	260
2.12.3.	Cientificação do devedor	271
2.12.4.	Reações do executado	273
2.12.5.	Prisão	284
2.12.6.	Protesto e cadastros de restrição ao crédito	290
2.12.7.	Abandono material	292
2.13.	Execução fundada em título executivo extrajudicial.....	294
2.13.1.	Escritura pública e obrigação alimentar	294
2.13.2.	Desconto em folha	295
3.	Dissolução do vínculo conjugal.....	303
3.1.	Extinção da separação judicial	303
3.2.	Aspectos procedimentais do divórcio	304
3.2.1.	Competência.....	306
3.2.2.	Partes	307
3.2.3.	Atuação do MP.....	309
3.2.4.	Citação.....	312
3.2.5.	Revelia e julgamento antecipado	314
3.2.6.	Contestação	315
3.2.7.	Ampliação objetiva e reconvenção na ação de divórcio	316
3.2.8.	Elementos probatórios	323
3.2.9.	Decisão sobre o divórcio: natureza, efeitos e aspectos recursais	324
3.2.9.1.	Possibilidade de cisão da decisão e divórcio liminar	326
3.2.10.	Cumprimento de sentença.....	329
4.	Reconhecimento e dissolução de união estável	333
4.1.	Vias consensuais extrajudicial e judicial	334
4.2.	Competência.....	336
4.3.	Partes	339
4.3.1.	Legitimidade ativa	339
4.3.2.	Legitimidade passiva	341
4.4.	Intervenção do MP	343

4.5.	Causa de pedir	345
4.6.	Elementos probatórios	347
4.7.	Decisão e aspectos recursais	351
5.	Convivência familiar (“visita”)	352
5.1.	Panorama normativo	352
5.2.	Guarda e regime de relacionamento familiar	354
5.3.	Importância de regimes adequados	359
5.4.	A relevância do consenso	360
5.5.	Legitimidade	365
5.6.	Aspectos probatórios	369
5.6.1.	Visão geral	369
5.6.2.	Escuta de crianças e adolescentes	371
5.6.3.	Indícios de alienação parental e tutela provisória específica	373
5.6.4.	Análise de decisões restritivas quanto à configuração de indícios de alienação parental	375
5.7.	Cumprimento do regime de visitas	381
5.7.1.	Visitação assistida (monitorada)	381
5.7.2.	Medidas coercitivas	388
5.7.2.1.	Busca e apreensão	389
5.7.2.2.	Multas	393
6.	Parentalidade	401
6.1.	O pai, o filho e o Poder Judiciário: imposição e consenso	402
6.2.	Modalidades de paternidade e reconhecimento em juízo	403
6.3.	Demanda adequada: investigatória/negatória de paternidade ou anulatória de registro civil?	406
6.4.	Reconhecimento voluntário e arrependimento	408
6.5.	Espectro probatório	410
6.6.	Direito ao conhecimento da ascendência biológica e imprescritibilidade das ações de estado	413
6.7.	Exame de DNA: efeitos da recusa	414
6.8.	Coisa julgada e vínculo de filiação: hipótese de relativização?	419

PARTE III

CASOS, ENCAMINHAMENTOS E PETIÇÕES

1.	Considerações iniciais	423
1.1.	Visão geral	423
1.2.	Indicação da opção por autocomposição na petição inicial	424
2.	Alimentos	426
2.1.	Fixação de alimentos	426
2.2.	Oferta de alimentos	430
2.3.	Revisão de pensão alimentícia	434

2.4. Exoneração de obrigação alimentar	437
2.5. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos sob pena de prisão.....	441
2.6. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos mediante desconto na folha de pagamento	443
2.7. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos – cumulação de requerimentos de pena de prisão e expropriação de bens	446
3. Divórcio.....	449
3.1. Divórcio litigioso.....	449
3.2. Divórcio consensual.....	453
4. Dissolução de união estável.....	456
4.1. Ação de reconhecimento e extinção de união estável	456
4.2. Dissolução consensual de união estável.....	459
5. Convivência familiar	461
5.1. Regulamentação de convivência (“visita”).....	461
5.2. Modificação de guarda	464
6. Paternidade.....	467
6.1. Ação de investigação de paternidade	467
6.2. Ação negatória de paternidade.....	469
Bibliografia.....	475